

ASSOCIATIVISMO RURAL: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO EXTRATIVISTA DE PIMENTA ROSA NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU, ALAGOAS

Kleciane Nunes Maciel¹

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa²

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

RESUMO

O associativismo rural tem cada vez mais impulsionado a inserção produtiva de grupos marginalizados ainda presentes no rural, criando novos espaços de trabalho. Isto é, têm surgido no rural outras possibilidades de trabalho e geração de renda, criadas com base nas potencialidades naturais e econômicas locais e pela estruturação dos empreendimentos solidários, como as associações e cooperativas. Foi então, a partir de um empreendimento como estes que um grupo da comunidade extrativista de pimenta rosa da região baixas do São Francisco localizada entre Alagoas e Sergipe se organizou, acreditando no associativismo como uma possibilidade para reverter sua situação socioeconômica. Diante do exposto, este trabalho propõe descrever o processo de organização social e geração de renda do grupo extrativista vinculado à “Associação Aroeira” no município de Piaçabuçu, Alagoas. Para elaboração do mesmo, foi realizada uma pesquisa de campo, a partir de entrevistas e observações in loco, ocorridas durante visitas à associação no decorrer do segundo semestre de 2016 a meados de 2017. Após a pesquisa, conclui-se que o associativismo rural tem constituído uma das estratégias locais do grupo extrativista para melhoramento de suas condições de vida, a partir da auto-organização produtiva e a estruturação de um empreendimento rural sustentável, que possibilitou: a sustentabilidade da atividade extrativista de pimenta rosa; organização e inclusão social do grupo extrativista e a geração de diversificados rendimentos financeiros. Foi observado também que as ações coletivas e a socialização dos extrativistas por meio do grupo, extrapolam as questões econômicas do sistema produtivo.

Palavras Chave: Organização Social; Auto-Organização Produtiva; Associativismo Rural, Geração de Renda; Empreendedorismo rural;

1. INTRODUÇÃO

O rural, embora seja normalmente visto como espaço de produção agrícola, ele perpassa esse sentido, uma vez que, se constitui, sobretudo, em um local de vivência. Pois ao longo do tempo vários povos foram ocupando o rural e têm o mesmo não somente como setor econômico (agrícola), mas como o meio onde vivem, onde tecem relações sociais e vivem com base em seus próprios projetos de vida. De acordo com Brandenburg (2010, p.417), são “[...] os pequenos proprietários, camponeses ou

¹ Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR/ UFSCar).

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR), Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas, Campus Sertão/UFAL.

³ Doutora em Ciências (UNESP), professora titular da faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP).

agricultores familiares que tradicionalmente expressam um modo de vida distinto da vida urbana, os grandes personagens da construção do rural”.

Nessa perspectiva, Mazalla Neto ao tratar do rural destaca a importância dessas populações, ao afirmar que os camponeses brasileiros “[...] Das mais variadas formas construíram suas organizações, resistiram no território produzindo alimentos e imprimiram sua marca na história do Brasil” (2014, p. 57).

Contudo, a forma que se estabeleceu a estrutura agrária brasileira de uma forma geral não priorizou os interesses e necessidades dessas populações rurais e assim no território brasileiro, a “Grande Propriedade, de um lado, e Pequena Propriedade familiar, de outro, constituem a base de uma organização social distinta no meio rural” (BRANDENBURG, 2010, p.418). E para atender as prioridades da grande propriedade, o modelo desenvolvimentista adotado, tem gerado historicamente uma situação de vulnerabilidade social e econômica para as populações rurais e por outro lado, tem um padrão insustentável sobre o meio ambiente, isso tem criado um ciclo de degradação ambiental e dos recursos-chaves para estabilidade de sua população.

Da mesma forma, Leff (1994 *apud* LEFF, 2001, p.58) discute que esse modelo amplamente adotado nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, tem criado “[...] um círculo vicioso de desenvolvimento perverso-degradação ambiental-pobreza”, para ele isso tem ocorrido pelo caráter destrutivo do meio ambiente e pela característica excludente do sistema econômico dominante.

Nesse contexto, há uma busca crescente de alternativas para inserção profissional dessa população rural marginalizada e para que as mesmas possam permanecer no rural, produzindo seja produtos agrícolas como os não-agrícolas, o importante é que possam criar estratégias para sua reprodução, bem como para que possam constituir melhores condições de vida e de acesso à economia local.

Logo, ideias ultrapassadas de um rural somente um espaço de produção agrícola, vêm sendo superadas ao passo que as transformações sociais no campo constituíram as ações promotoras de um novo rural. Como indica LAUBSTEIN (2011, *grifo nosso*) a ruralidade passa a contemplar essas mudanças e então o “Rural” é também compreendido como espaço de protagonismo e criatividade das populações camponesas, que se reinventaram.

A diversificação de atividades econômicas no meio rural e a auto-organização em sistemas produtivos, por meio do trabalho associado tem sido uma dessas estratégias, é cada vez mais comum encontrar no rural, organizações sociais formais para fins coletivos entre grupos, para produção ou comercialização coletiva de produtos. Associativismo rural, por exemplo, tem se destacado como uma possível estratégia, enquanto organização social e movimento norteador na busca de soluções criativas de se reproduzir no rural e desenvolver atividades geradoras de ocupação e renda.

Isso se torna possível na medida em que, como bem observado por Leonello:

A inserção em empreendimentos voltados à geração de trabalho e renda pelo associativismo produz o aumento das rendas dos indivíduos participantes e de suas famílias, fazendo com que os cidadãos saiam do estágio de exclusão e vulnerabilidade social. Portanto, podem ser compreendidos como experiências coletivas que podem valorizar tanto os sujeitos como o trabalho desenvolvido pelos mesmos (2010, p.53).

Essas ações no campo são impulsionadas pelas comunidades rurais, onde os agricultores além de trabalhar no campo estão investindo em negócios que integram as atividades campo - cidade, a partir do desenvolvimento de produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas. Como estratégia, para as atividades não-agrícolas as potencialidades

socioambientais e econômicas locais são vantagens competitivas importantes para estruturação de empreendimentos rurais.

Estes empreendimentos podem ainda, impulsionar o alívio da pobreza rural e se constituem de sistemas produtivos ambientalmente mais equilibrados. Veiga e Ehler (2009) propõem, por exemplo, que os empreendimentos rurais desenvolvidos com base nas potencialidades ambientais (biodiversidade⁴), existentes no meio rural podem numa via de mão dupla contribuir para aliviar a pobreza rural com a criação de empregos e estimular a conservação ambiental.

No estado de Alagoas têm surgido algumas dessas iniciativas de associativismo rural e criação de empreendimentos locais, que têm mudado a realidade de muitas famílias, assim como, as características e valores do mundo rural. Com base no exposto, este trabalho propõe descrever o processo de organização social e geração de renda do grupo extrativista vinculado à “Associação Aroeira” no município de Piaçabuçu, Alagoas, que viu o associativismo como uma possibilidade para reverter sua situação socioeconômica.

2. MATÉRIAS E MÉTODOS

Este trabalho se caracteriza num estudo de caso, realizado com um grupo de extrativistas de pimenta rosa⁵, organizado por meio da “Associação Aroeira”⁶, localizada no município de Piaçabuçu, Alagoas. Para sua elaboração foi realizada uma pesquisa de campo, ocorrida ao longo do segundo semestre de 2016 a meados de 2017.

A forma de coleta de dados foi baseada nas entrevistas, observações *in loco* e pesquisa documental. Embora nesse caso, a entrevista semiestruturada foi a principal técnica escolhida, onde foi feito um roteiro com questões previamente definidas. Com base nisso, mais especificamente, foram realizadas três entrevistas durante visitas à associação, em períodos diferentes, com: a Diretora-Presidente da “Associação Aroeira”, com o Vice-Presidente, com duas associadas (associada ‘a’ e ‘b’) e com um técnico da organização não governamental que presta suporte a associação – Instituto Ecoengenho (como descrito na **Figura 1**).

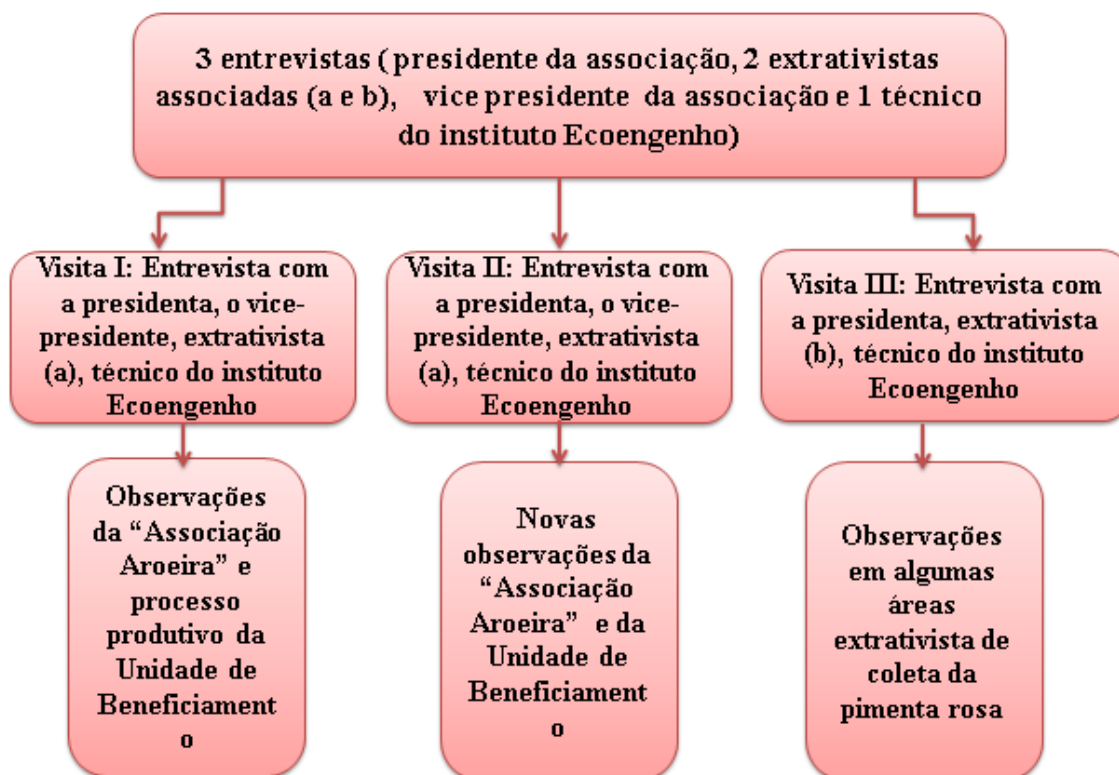
Para as entrevistas foi construído um roteiro de questionamentos a fim de entender a realidade local. Nesse roteiro buscou-se compreender a situação socioeconômica do grupo extrativista após a auto-organização na associação e obter informações sobre a esfera produtiva a partir de alguns questionamentos, como: a) as condições sociais e econômicas que viviam os extrativistas; b) como ocorreu a organização do grupo; c) interações sociais realizadas pelos extrativistas associados; d) funcionamento e dinâmica do sistema produtivo; e) identificação das atividades econômicas realizadas na associação; e f) alguns aspectos econômicos e financeiros do sistema produtivo.

⁴ De acordo com Veiga e Ehler (2009), as potencialidades ambientais estão relacionadas ao manejo de fontes de biodiversidade. De forma geral, entende-se nesse trabalho a biodiversidade como toda variedade de vida presentes nos ecossistemas naturais, como espécies animais e vegetais, que do ponto de vista econômico fornece vários recursos utilizados para o consumo ou é base para diversas atividades econômicas.

⁵ A pimenta rosa é fruto de árvore nativa do bioma Mata Atlântica, popularmente conhecida como Aroeira-rosa ou Aroeira-vermelha, cujo nome científico da espécie é “*Schinus terebinthifolius*”.

⁶ É necessário, frisar que, a associação é uma organização mista, construída por homens e mulheres que praticam a atividade extrativista na região, contudo, as mulheres representam o maior número dentro do grupo. Atualmente a associação é composta por 93 extrativistas/associados, que estão ativos, onde 90% são mulheres.

Figura 1: Procedimentos realizados na pesquisa de campo na “Associação Aroeira”, Piaçabuçu, Alagoas.



Fonte: Autora (2017).

Durante a pesquisa foi realizada também a técnica de “Observação in loco”, através de observações diretas da “Associação Aroeira”, “Unidade de Beneficiamento” e também das áreas extrativistas, onde por visão própria pôde-se conhecer e tomar algumas considerações. E com o intuito de coletar mais alguns dados, foram feitas algumas pesquisas documentais, a partir dos registros do Instituto Ecoengenho sobre a “Associação Aroeira”, com o objetivo de obter mais informações sobre o funcionamento da associação, dados sobre idealização; execução do projeto e como se estrutura o sistema socioprodutivo adotado.

3. ASSOCIATIVISMO NO MEIO RURAL

O associativismo para Frantz (2002) é entendido como “cooperação”, isto é, que o associativismo parte de uma ação conjunta para um objetivo em comum, onde esse fenômeno pode ser detectado nas mais variadas situações e lugares sociais, como no trabalho, na família, na escola etc. O conceito de associativismo idealizado por Scherer-Warren (2001, p.42 *apud* LEONELLO, 2010, p.40), apresenta uma melhor compreensão, pois o registra como sendo:

[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.

No campo econômico o associativismo é um fenômeno bastante conhecido no contexto da economia solidária, por meio da noção de organização social e trabalho coletivo, característico nas ações realizadas pelos indivíduos participantes dos

empreendimentos solidários, como associações e cooperativas. E a discussão acerca da temática do associativismo situa-se no contexto da economia solidária, apresentando-se segundo Leonello (2010, p.40), “[...] como uma alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, na medida em que vem expressando o desejo das pessoas de satisfazer seus anseios coletivos, criando e recriando perspectivas de relações sociais participativas”.

É justamente por essa ideia, que o associativismo ganhou força no meio rural, pois para Ricciardi e Lemos (2000), no meio rural, o associativismo pode ser entendido, como um instrumento de luta dos pequenos produtores, o que lhes tem proporcionado a possibilidade de permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação dos mesmos como cidadãos.

Isso ocorre a medida que, o associativismo enquanto forma de organização e de representação das forças sociais presentes no campo, pode fortalecer os produtores rurais que se organizam para produzir ou comercializar bens e serviços comuns. Sua organização além fortalecer os laços de cooperação e solidariedade entre o grupo pode proporcionar maior capacidade para realizar suas atividades, gerando assim possibilidades de trabalho e renda no rural.

Isso ocorre, pois de acordo com Nascimento (2007 *apud* LEONELLO, 2010, p.52) especificamente em relação às associações de pequenos produtores:

Os empreendimentos de economia solidária desenvolvem-se nesse contexto de transformações, como formas alternativas de geração de trabalho e renda protagonizados pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, possibilitando a garantia da subsistência e sobrevivência das classes populares que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social, já que juntamente com as necessidades básicas de sobrevivência, os valores da solidariedade, da ajuda mútua e da cooperação estão presentes e fazem parte das relações sociais entre estes indivíduos, norteados suas ações.

De fato o trabalho associado vem contribuindo para isso, na medida em que, o trabalho quando realizado em grupo se constitui “[...] um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades” (MAPA, 2016), e assim de acordo com o Carmo et al. (2016, p.166), “Com valores de associativismo e cooperativismo, as pessoas componentes desse coletivo se fortificam de forma a desempenhar suas atividades econômicas de forma mais unitária, logrando mais sucesso em suas metas e objetivos comuns”.

Logo, o associativismo rural é uma possibilidade para ampliar as oportunidades econômicas no meio rural e maior participação social da população rural até então marginalizadas, pois o trabalho associado possibilita a sua reinserção no mercado a partir de sua inserção produtiva algo importantíssimo para melhoramento de suas condições socioeconômicas.

4. RESULTADOS

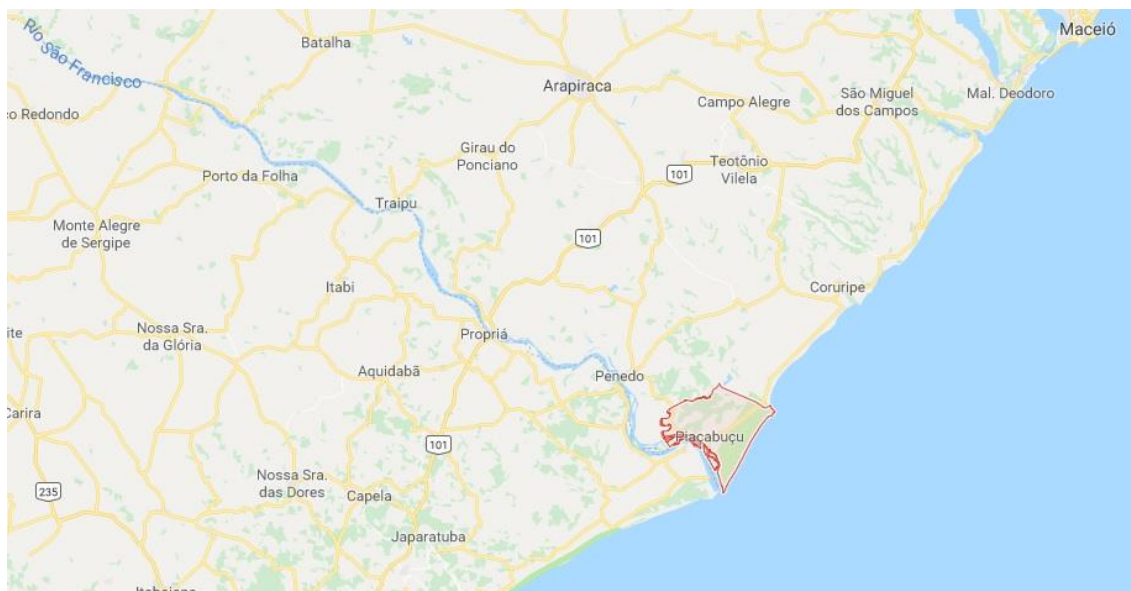
4.1 Breve Histórico da “Associação Aroeira”

A “Associação Aroeira” é um empreendimento de autogestão compreendido como um dos empreendimentos econômicos solidários⁷, criado em 2011, no município

⁷ De acordo Zanchet (2008, p.1), “A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais cujo processo produtivo é organizado pelos trabalhadores que são gestores da

de Piaçabuçu na região baixa do Rio São Francisco no sul do estado de Alagoas e divisa com Sergipe (**Figura 02**). Foi a partir desse empreendimento que a comunidade extrativista da pimenta rosa se organizou, acreditando nela (na associação) e no trabalho associado, uma superação da condição de vulnerabilidade econômica e social das quais se encontravam. Dado que o município de Piaçabuçu possui um ambiente socioeconômico frágil e vulnerável a condição de pobreza.

Figura 02: Município de Piaçabuçu, Alagoas.



Fonte: Google maps. Disponível em:

< <https://www.google.com.br/maps/place/Piaçabuçu>>. Acesso em 10 Jan. 2018.

Essas condições são evidentes nos dados do Perfil Municipal do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA, 2013)⁸, pois o município com base no último censo (2010) possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,572, considerado IDHM baixo, haja vista que se encontra numa faixa (entre 0,5 e 0,599) classificada pelo IPEA como baixa. Além disso, em 2010 de sua população total (17.203,00 habitantes), 49,21% viviam em condição de pobreza, com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 (valor referência em 2010). No caso daquelas consideradas extremamente pobres o índice era de 23,35%, isto é, cerca de 4 mil pessoas sobreviviam com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 (em reais de agosto de 2010).

Essa realidade também é observada nas falas durante as visitas de campo na associação, bem como descritas nas entrevistas realizadas, onde se pode observar que a comunidade extrativista se encontrava em condição de pobreza. O grupo de extrativistas pesquisado vivia em condições sociais e econômicas favoráveis a esse processo, tendo apenas como fonte de renda as atividades da pesca, transferências de renda (bolsa família)⁹ e do extrativismo da pimenta rosa, que até meados de 2011 era apenas de forma esporádica, como um pequeno incremento de renda durante as safras.

produção e das relações de trabalho e participam do processo decisório. A produção é caracterizada pela solidariedade e pela cooperação, e pode se constituir em formas de cooperativismo e associativismo”.

⁸ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Alagoas. Disponível em:

< http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas#vulnerabilidade>. Acesso em 08 Jan. 2018.

⁹ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento social e Combate a fome (MDS, *apud* PERFIL MUNICIPAL, 2015), em 2014, 3.403 famílias do município eram assistidas pelo Governo Federal.

Com base nisso, a “Associação Aroeira” apareceu como uma possibilidade de trabalho e renda a fim de satisfazer as necessidades básicas da comunidade extrativista, principalmente para as mulheres extrativistas da região, que são a maioria do grupo. Durante pesquisa, as extrativistas entrevistadas afirmaram que os extrativistas homens se concentraram mais na pesca, enquanto as mulheres praticavam a coleta da pimenta rosa como mais uma das várias atividades desenvolvidas pela família para sua subsistência. Além disso, “[...] pode-se verificar que esta participação maior de mulheres no extrativismo se deve ao fato das mesmas tentarem reverter sua situação social através da diversificação de atividades para a geração de renda” (OLIVEIRA, 2016, p.102).

Cabe ressaltar que a “Associação Aroeira” é fruto de um projeto pensado e desenvolvido por uma organização não governamental (ONG) com sede em Maceió-AL, denominada Instituto Ecoengenho e sua concretização foi possível por meio do financiamento do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania aprovado em 2010. De acordo com a entidade, o projeto detinha como objetivo organizar a cadeia produtiva da pimenta rosa com base num modelo de gestão sustentável e com produção de produtos de alto valor agregado, direcionada a nichos especiais de mercado (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011).

O Instituto Ecoengenho, é uma entidade que já possuía significativa notoriedade nacionalmente e internacionalmente, pelo sucesso do projeto de cultivo e beneficiamento de pimentas (H2Sol) - Água Solar desenvolvido na comunidade de Baixas em São José da Tapera, também no estado de Alagoas. “[...] tal projeto deu tão certo que sua tecnologia foi exportada para Moçambique, África” (SILVA, et al, 2017, p.37). Essa organização teve um papel essencial para organização da comunidade extrativista da região de Piaçabuçu e tem atuado fortemente com propostas sustentáveis para comunidades rurais no estado de Alagoas, como esta aqui estudada, que utiliza a biodiversidade ainda presente em suas matas locais como base para suas atividades.

4.2 Processo Socioprodutivo da “Associação Aroeira”

A principal atividade econômica desenvolvida na “Associação Aroeira” é resultante do extrativismo realizado nas matas locais remanescentes do bioma Mata Atlântica e as matas ciliares das margens do Rio São Francisco. O produto extrativista é a pimenta-rosa, fruto de árvore nativa da Mata Atlântica conhecida popularmente como Aroeira-vermelha ou Aroeira-Rosa (**Figura 3**).

Figura 03: Árvore e fruto da aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*)



Fonte: Autora (2017). Nota: Adaptado de Oliveira (2016).

A atividade extrativista já vinha sendo realizada pela comunidade extrativista da região, contudo, como já citado, era somente uma atividade realizada no âmbito da subsistência como um pequeno incremento de renda familiar. Isso ocorria principalmente pelo fato que as pimentas coletadas individualmente por cada extrativista eram repassadas para atravessadores do Espírito Santo ainda in natura e os preços pagos eram bastante irrisórios e bem abaixo do mercado (cerca de R\$ 1,50 por quilo).

Com base nos relatos durante as visitas à associação, o extrativismo era realizado de forma desorganizada pelos membros da comunidade local e também possuía práticas de coleta ecologicamente desequilibradas. Após implementação do “Projeto Aroeira”, que foi baseado numa metodologia participativa, os técnicos junto aos extrativistas criaram novos métodos de coleta. Com base nisso, os extrativistas associados passaram utilizar as novas técnicas construídas, realizando assim, o uso e o manejo sustentável das áreas extrativistas.

A metodologia utilizada pelo Instituto Ecoengenho citada por técnico do instituto e a presidente da associação durante entrevista, baseia-se na coleta: diretamente da copa das árvores; com equipamentos de poda de árvores adequados e em áreas corretas, onde se observa o ponto ideal quando os pássaros estão se alimentando dos frutos¹⁰. Além disso, o plano de manejo construído para a coleta da pimenta rosa preserva a qualidade dos frutos, a manutenção da produtividade das árvores e conservação da biodiversidade da fauna local:

Dentro da perspectiva sustentável, foi definido também, que cerca de 20% dos frutos de cada árvore não sejam coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local. Além disso, o uso de equipamentos adequados de corte e o transporte correto são essenciais, para não danificar as árvores e aumentar a produtividade para as próximas safras (INSTITUTO ECOENGENHO, 2011, p.11).

Após coleta, a pimenta rosa é beneficiada na “Unidade de Beneficiamento Artesanal” da pimenta rosa, construída na sede da associação. A unidade tem uma estrutura simples com cerca de 300 m², onde se faz todo processo de beneficiamento da pimenta. Foi observado que todo o processo é realizado com base no uso de energia termosolar e fotovoltaica. Dado que, a unidade é equipada com duas estufas de desidratação termosolar (**Figura 04**) e uma estufa a gás liquefeito de petróleo (GLP), utilizada como reserva para dias com pouca insolação. Há também uma estufa externa utilizada para pré-secagem (**Figura 05**), quando há uma grande quantidade da pimenta na época de safra. Os painéis termosolares geram calor para as estufas de desidratação da pimenta e as placas fotovoltaicas instaladas na associação geram energia elétrica, que alimenta o funcionamento das bombas d’água e ventiladores.

¹⁰ As novas técnicas de coleta foram criadas com base nos conhecimentos técnicos dos profissionais do Instituto Ecoengenho e também com base nos conhecimentos tradicionais da comunidade extrativista, como por exemplo, definir o ponto ideal para a coleta dos frutos com base nas observações das aves que se alimentam dos mesmos. Quanto a isso, (DIEGUES, 2002), observa que esse tipo de conhecimento foi criado historicamente por meio do contato das populações tradicionais com o meio ambiente (como os caçaras, caipiras/cabocha, açoriana, sertanejos e pescadores artesanais-jangadeiros), que praticam o extrativismo ou outras atividades com base nos recursos da natureza, onde esses conhecimentos são oriundos e definidos por esses povos por meio de seus próprios costumes e culturas e são tão importantes quanto os conhecimentos técnicos e científicos.

Figura 04: Estufas de desidratção termossolar.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Figura 05: Estufas externas de pré-secagem e pimenta em processo de desidratção.



Fonte: Associação Aroeira (2016; 2017).

Os equipamentos da unidade de beneficiamento têm capacidade para beneficiar aproximadamente uma tonelada de pimenta por mês. O uso dessas energias renováveis indica a escolha por um sistema produtivo mais sustentável, e tal forma vem contribuindo para eficiência energética da “Associação Aroeira” e sua “Unidade de Beneficiamento”, assim como, é essencial para a redução do custo com energia elétrica na conta mensal da associação.

Além dessas atividades, com propostas de gerar renda o ano todo, nos períodos entre safra (safra duram cerca de quatro meses) estão sendo criadas outras atividades geradoras de renda. Entre elas se destacam a produção de frutas desidratadas: manga, goiaba, jenipapo, banana e maçã, que são frutas de época comuns na região, com exceção da maçã. No caso da manga em particular, resultou no “Carpaccio de Manga”, como foi denominado. Segundo o Instituto Ecoengenh (2011), esse novo produto possui grande potencial na região, por haver em abundância na região da Foz do São Francisco, normalmente, de três a quatro meses depois da safra da pimenta rosa.

Estes produtos (pimenta rosa, o carpaccio de manga e as outras frutas desidratadas) caracterizam-se como produtos diferenciados, todos eles atendem padrões de demanda da alta gastronomia e possuem valores agregados altos. Com relação à pimenta rosa, por exemplo, é um fruto de alto valor agregado, por ser uma especiaria bastante apreciada na culinária nacional e principalmente no cenário internacional¹¹. Em entrevista a extrativista/presidente relata, por exemplo, que já chegaram a vender o quilo da pimenta rosa por R\$300,00, antes vendido à R\$1,50. De acordo com o instituto

¹¹ De acordo com estudo do Instituto Ecoengenh “[...] os frutos da aroeira são muito apreciados na culinária, especialmente na europeia, para acrescentar sabor e refinamento aos pratos. Seu uso pela culinária francesa elevou o status da especiaria para um nível superior a apreciação” (2011, p.28).

Ecoengenho (2011), o grupo extrativista associado recebe em média R\$ 130,00 (valor líquido), isso significa um incremento de renda 8.600%¹².

Embora haja os desafios de conquista de mercado, por ser um produto novo, a marca da pimenta rosa já é bem conhecida na região e assim pouco a pouco estão se consolidando no mercado. A associação fechou parcerias com 11 estabelecimentos locais (em Piaçabuçu e Penedo), como restaurantes, hotéis, lojas e supermercados. Além disso, a associação comercializa a pimenta rosa nos mercados de Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Também já realizaram comercialização para o exterior por meio de circuitos solidários internacionais¹³, por exemplo, para França e Itália.

Ocorre ainda que, além da renda gerada com o beneficiamento da pimenta rosa e com a desidratação de frutas, as mulheres extrativistas associadas estão auferindo rendimentos financeiros realizando a confecção de bolos de macaxeira e doces de leite. Importante ressaltar a existência do fomento dessas atividades pelo Estado, a partir dos mercados institucionais, pois esses produtos são comercializados via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁴.

Observa-se ainda que, além das atividades produtivas, na associação há também as atividades de gerência do empreendimento, pois a associação é autogestionária e como indica o Instituto Ecoengenho (2011), sua estrutura gerencial se baseia em um modelo participativo e horizontalizado. Dessa forma, os membros associados participam dos procedimentos administrativos internos e externos da associação, como o gerenciamento do pessoal, as reuniões e encontros formais dos associados; busca de clientes e contatos com compradores; negociações mercadológicas, representação da associação e etc.

Logo, ao se organizarem por meio da “Associação Aroeira”, o grupo extrativista se inseriu num sistema produtivo, participando em todo plano de trabalho realizado, como: a coleta da pimenta; processo de beneficiamento e do processo gerencial do empreendimento. A organização social, nesse caso possibilitou viabilização e valorização da atividade extrativista local, sobretudo contribui para que os extrativistas associados dominassem toda a cadeia produtiva da pimenta rosa, logrando assim mais retornos econômicos.

Foi identificado ainda que o trabalho realizado no âmbito do associativismo permitiu a melhoria das condições de vida de todos extrativistas envolvidos. Essas melhorias são observadas por meio dos relatos durante as entrevistas, onde ficou claro a conquista de novas e melhores fontes de renda; possibilidade dos membros comprar ou melhorar suas casas (antes era de Taipa¹⁵); conseguiram fazer compras de alguns bens

¹² Importante frisar que esse valor (8.600%), foi baseado no valor médio do quilo da pimenta rosa na época do cálculo (2011), porém atualmente (2017), a produção é vendida em lotes com 40 unidades de 30g, cada unidade tem um preço de R\$ 8,00, portanto, cada lote (com 1,2 kg) é vendido por R\$ 320,00, valor que supera o valor médio calculado pelo instituto.

¹³ Os circuitos solidários internacionais também conhecidos como comércio justo, é caracterizado como um “[...] fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça, solidariedade e transparência, que resulta no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários no território nacional” (BRASIL, 2008 *apud* SANTOS, p.64).

¹⁴ PAA e o PNAE são políticas públicas que tem incentivado a agricultura familiar. O objetivo dessa política é incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de estoques (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

¹⁵ A taipa é um sistema rudimentar de construção de paredes e muros, uma tecnologia tradicional das comunidades rurais. Também chamada de pau-a-pique, taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado, é

de consumo (casas e motos) e algumas outras investiram parte da renda adquirida em pequenas propriedades (compra de terras e animais para produção agropecuária)¹⁶.

De fato o trabalho associado vem contribuindo para isso, na medida em que, o trabalho quando realizado em grupo se constitui “[...] um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades” (MAPA, 2016), e assim de acordo com o Carmo et al. (2016, p.166), “Com valores de associativismo e cooperativismo, as pessoas componentes desse coletivo se fortificam de forma a desempenhar suas atividades econômicas de forma mais unitária, logrando mais sucesso em suas metas e objetivos comuns”.

Por outro lado, foi identificado que, o grupo extrativista vêm exercendo outras ações além das atividades da associação, que contribuem com sua inclusão nos espaços públicos e sociais, no caso das mulheres que são maioria no grupo, contribuiu para seu fortalecimento pessoal e sua participação social na comunidade. Conforme tratado nas entrevistas estas ações estão relacionadas à própria gestão da associação, nos momentos de representação da associação nos espaços públicos; na comercialização dos produtos em feiras durante eventos; nas viagens para eventos e encontros; e nas participações em cursos de capacitação e treinamento. Para Brandão (2016), a participação em espaços produtivos, social, econômico e políticos representa um grande avanço para as mulheres rurais, que antes só ocupavam estes espaços na maioria das vezes de maneira passiva, ou secundária ao papel do homem.

Deste modo, além da expansão de oportunidades de trabalho no rural e, sobretudo, da inserção produtiva dos extrativistas e das mulheres rurais na economia local, que é algo importantíssimo para melhoramento de suas condições econômicas, o associativismo rural proporcionou a organização social; inclusão social; a maior participação social desses sujeitos em sua comunidade e o aumento dos laços de solidariedade entre o grupo, questões que perpassam as questões puramente econômicas de um sistema produtivo.

5. CONCLUSÃO

O caso estudado expressa alguns dos empreendimentos rurais existentes, criados no âmbito do associativismo, que possui uma lógica diferente das empresas capitalistas, pois se caracteriza como um sistema socioproductivo, por serem considerados no processo vários aspectos sociais e de valorização do trabalho humano, como: os conhecimentos e a cultura extrativista dos sujeitos locais; o trabalho associado; as ações realizadas no coletivo e a socialização dos extrativistas pelas diversas atividades realizadas a partir da “Associação Aroeira”.

Foi observado que, o associativismo exerce a força propulsora para tal empreendimento, pois só a partir da organização coletiva dos extrativistas locais por meio da “Associação Aroeira” foi possível que os membros pudessem lograr alguns benefícios comuns, como a valorização da cultura local e de seus produtos extrativistas; a possibilidade de geração de rendas diversificadas; segurança financeira, devido o aumento do nível de renda e das diversas fontes de renda ao longo do ano; inserção produtiva do grupo extrativista na economia local.

uma técnica em que as paredes são armadas com madeira ou bambu e preenchidas com barro e fibra (PINHAL, 2009). Disponível em: <<http://www.colegiodearquitectos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-taipa-2/>>. Acesso em 10 Jan. 2018.

¹⁶ Em relato de uma das extrativistas entrevistadas, isso só foi possível por estar integrada a “Associação Aroeira”, pois somente com o trabalho formalizado na associação conseguiu comprovar renda para obter financiamento necessário para a compra desses bens.

Quanto aos aspectos sociais, a Associação Aroeira” contribuiu para organização social do grupo extrativista, onde os extrativistas passaram a trabalhar em conjunto, juntando forças para reduzir as dificuldades da atividade extrativista na região, como por exemplo, sua valorização. Foi analisado também que as ações coletivas e a socialização dos extrativistas aumentaram os laços sociais entre o grupo, aumentando assim relações interpessoais e também uma maior participação social dos mesmos em sua comunidade.

Por outro lado, foi verificado que, as metodologias participativas criadas junto a comunidade para coleta e manejo das áreas extrativistas, criaram as bases para um manejo adequado dos recursos provenientes da biodiversidade local, resultando assim, na sustentabilidade ecológica da atividade extrativista e a continuidade de suas atividades produtivas ao longo do tempo, isso, tem fundamental importância para um processo gradativo para a melhoria das condições de vida da comunidade.

Portanto, conclui-se assim, que o movimento associativista rural e o desenvolvimento de empreendimentos rurais sustentáveis, como o caso caracterizado, alicerçado nos princípios do associativismo rural, em sistemas produtivos que remuneram de forma justa seus membros e sejam ecologicamente sustentáveis se estruturam importantes estratégias para diversificação de produção e de atividades econômicas no meio rural, gerando assim, outras oportunidades de geração de emprego, renda, o que tende a diminuir as desigualdades sociais existentes.

6. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres Empoderadas:** uma experiência de gestão no sertão nordestino. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)–Centro de Ciências Agrárias, UFSCAR, Araras-SP, 2016.

BRANDENBURG, A. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. In **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010, p. 417-428.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA. **Associativismo rural**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em 20 ago. 2017.

CARMO, J. C. et al. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Estudos Feministas**, v.24, p. 155-180, jan./abr. 2016.

COTRIM, D. S. Organização social e associativismo rural. In: GEHLER, I; Mocelin, D. G. (orgs.). **Organização social e Movimentos sociais rurais**. UAB/UFRGS-SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

DIEGUES, A. C. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (org.). **Sustentável Mata Atlântica:** exploração de seus recursos florestais. São Paulo: SENAC, 2002. p. 135-158.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em:

<<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2007.

INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira**. Maceió: Ecoengenhos, 2011.

LAUBSTEIN, F. C. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. **AURORA**, 5, n. 8, 2011.

LEFF, E. ORTH, L. M. E. (trad.). **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2014.

OLIVEIRA, A. J. de. **Capital social e tecnologia social: Um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas**. Tese (Doutorado Multi institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2016.

PERFIL MUNICIPAL. Secretaria Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), n.3, 2015. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2015/resource/92b93354-0127-46a0-add6-dd8eee29d380>>. Acesso em 02 jan. 2018.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

SANTOS, F. S. **Comercio justo e empoderamento: estratégias de pequenos produtores rurais vinculados ao sistema cooperativista**. Maceió: EDUFAL, 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.18, n. 2, p. 12-32. 2011.

SILVA, D.V. et al. Novas dinâmicas socioprodutivas no rural alagoano: o caso da associação aroeira, Piaçabuçu-Alagoas, in: **III Encontro Regional dos Estudantes do Campo de Públicas do Nordeste-ERECAP NE**, 3. 2017, Arapiraca, AL. Anais (online). Arapiraca: Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, 2017. p. 32-41. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/eab1cf_f267ef8c9546415086bb60aea7e9bccb.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.

VEIGA, J. E. d.; EHLERS, E. **Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural**, 2009. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Veiga-eEhler-in-MayorgEMA-2010.pdf>>. Acesso em 19 out. 2017.

ZANCHET, M.S. **Características dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná**. Nota técnica-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_salete.pdf>. Acesso em 02 jan. 2018.